

30º Encontro Anual da ANPOCS
24 a 28 de outubro de 2006
GT02: Conflitos Sociais e Meio Ambiente
Sessão 3 - Riscos, representações e práticas

**CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MORADIA DE RISCO:
TRAJETÓRIAS DE DESPOSSessão E RESISTÊNCIA -
A experiência de Juiz de Fora/MG**

Maria Auxiliadora Ramos Vargas *

*Assistente Social, Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ.

RESUMO

A problemática do risco ganha ênfase progressiva nos debates contemporâneos, com destaque nas políticas públicas, incluindo as de saúde e urbanas. As diversas iniciativas decorrentes da ampliação desse investimento se enquadram, de maneira geral, na chamada perspectiva “objetivista” do risco, que traz como sua principal característica a demanda pela mensuração, quantificação, previsão e calculabilidade desse fenômeno. Resulta daí uma visão técnica do risco que se apresenta dominante, e que promove, não só a noção de que as situações precárias envolvendo grupos específicos no contexto das moradias e locais analisados como de risco, são decorrentes de “opções de consumo” inconseqüentes - da ausência de um saber e do não investimento em seu capital humano - mas também intervenções que desqualificam suas práticas e interferem sobre suas vidas, expulsando-os dos territórios em que vivem.

Problematizando esse argumento, a literatura sociológica recente apresenta a construção social do risco, calcada na idéia de que o mesmo é objeto de uma construção social por grupos sociais diferenciados e de uma estrutura de crenças e visões que sustentam as relações sociais, não podendo ser tratado apenas a partir de referenciais técnicos absolutos e objetivos. Utilizando-se da análise das trajetórias de moradia de famílias removidas de áreas condenadas tecnicamente pelo poder público no município de Juiz de Fora/MG, este artigo apresentará elementos discursivos e práticas que conformam a resistência da população à noção técnica dominante do risco, apontando para o enfrentamento existente entre os saberes técnico e o da população e mostrando a presença de uma luta pelas classificações: o risco se apresentará como uma das ligações da luta pela representação do mundo, permeado pela dimensão do conflito, envolvendo elementos do poder político e também simbólico.

INTRODUÇÃO

A motivação de penetrar nesse universo de investigação, colocando ‘o risco socialmente construído’ na centralidade deste estudo exploratório, vem das inúmeras inquietações experimentadas a partir de minha formação e fazer profissionais. Os pouco mais de 05 (cinco) anos de atividades profissionais ligadas ao então Departamento de Defesa Civil da Prefeitura de Juiz de Fora/MG, trouxeram elementos férteis da realidade de frações populacionais urbanas que

experimentam dinâmicas de vulnerabilização extremadas a partir de seus locais e condições de viver, configurando quadros denominados tecnicamente como ‘de risco’, noção determinante de conseqüências sobre a vida desses sujeitos que se tornam objeto de políticas, alvo de remoções e de intervenções diversas.

Independentemente das causas objetivas que motivam o surgimento do debate acerca do risco, o fato é que o mesmo assume tendências predominantemente objetivistas voltadas para a quantificação, através da análise científica, identificação e prescrição de intervenções preventivas ou compensatórias. A ‘construção social do risco’ apresenta-se, no debate sociológico atual, como uma vertente que problematiza essa visão dominante decorrente do objetivismo. A questão que se coloca como fio condutor é que o risco não pode ser tratado a partir de uma visão técnica absoluta e objetiva, mas é objeto de construção social por grupos sociais diferenciados, que vão construir de forma também diferenciada essas categorias. Buscará evidenciar os contrapontos existentes entre a percepção de técnicos e leigos, estando aí embutida a idéia de que as pessoas têm percepções diferentes de um mesmo perigo a que estão expostas, e de que os saberes se diferem, em sua origem e construção, entre conhecimento técnico e saber leigo.

Porém, este debate ainda carece de pesquisas que revelem a associação entre ‘risco’ e ‘desigualdade’, numa perspectiva que protagonize atores sociais presentes, mas ainda não evidenciados - num cenário que se caracteriza pelos conflitos -, que incorpore analiticamente a diversidade social na construção do risco e a presença de uma lógica política a orientar a distribuição desigual dos mesmos, como aponta Acselrad (2002). Interessa-nos, com a contribuição de Torres (1997, p.26), trabalhar com a noção de ‘desigualdade ambiental’ que, concebida de forma mais específica, será compreendida a partir de sua associação com outras formas de desigualdade presentes na sociedade, tais como as de raça, sexo, grupos de renda. Neste caso, os indivíduos são desiguais ambientalmente porque são desiguais de outras maneiras. De fato, afirma o autor, sociologicamente, a idéia de desigualdade implica o sentido de sobreposição ou exposição simultânea a mais de uma forma de desigualdade [...] num processo cumulativo e circular. Porém, ainda mais do que isso, queremos destacar que essa desigualdade é de condições de vida, social, ambiental mas também está nela envolvida uma desigualdade de capacidade simbólica. Então, ela reflete relações de poder que têm a ver com o poder político, mas também com o poder simbólico, com a capacidade de enunciar e definir coisas e dizer o que e como elas são.

Contribuem para um maior entendimento do risco e desigualdade ambientais elementos da conformação do ambiente construído urbano, uma vez que os fenômenos ambientais serão mais plenamente entendidos - do ponto de vista das Ciências Sociais – a partir de uma compreensão de suas dimensões espaciais.

Características do mercado de terras, por exemplo, fazem com que áreas de risco (próximas a lixões, sujeitas a inundações e desmoronamentos, etc) sejam as únicas acessíveis a grupos de renda mais baixa, que acabam por construir nesses locais domicílios em condições precárias, além de enfrentar outros problemas sanitários e nutricionais. Essa cumulatividade de riscos socioeconômicos e ambientais implica grande desafio do ponto de vista das políticas públicas que, na maior parte das vezes, tendem a ser compartimentalizadas segundo áreas de intervenção setorial (Torres, 2000, p.70).

Apoiando-nos em toda essa argumentação, queremos mostrar, enfim, que a concepção de risco não é igual para todos. O eixo central da pesquisa desenvolvida pode ser resumido na presença de uma desconstrução do discurso dominante do risco que se dará através de estratégias discursivas ancoradas em **práticas de resistência**, oriundas de um saber próprio acumulado da experiência pessoal dos sujeitos. Objetivamos neste estudo - de caráter qualitativo e exploratório, onde não se pretendeu fechar um ‘corpus de pesquisa’, mas sim abrir possibilidades de interpretação diversas -, contribuir para dar visibilidade à questão do “risco”, situando-o como uma das ligações da luta pela representação do mundo, permeado pela dimensão do conflito, e focado principalmente na experiência e resistência daqueles sujeitos que o vivenciam, como parte integrante de suas trajetórias de vida, vulnerabilização e despossessão, e que apresentam menos condições de se fazerem ouvir nas arenas públicas.¹

O elenco de depoentes composto por 08 (oito) entrevistados, se constitui de mandatários que tiveram suas solicitações registradas no então Departamento de Defesa Civil da Prefeitura de Juiz de Fora (DDC/PJF), em situações e em períodos diferenciados, na sua maioria, caracterizadas pelo atendimento de emergência, envolvendo ocorrências como deslizamentos de encosta, desabamento (ou ameaça de) parcial ou total de edificação e inundação. Partindo da experiência profissional como Assistente Social lotada no referido Departamento e de pesquisa documental chegou-se aos casos em questão, considerando-se:

¹ A vulnerabilização que leva à pobreza e exclusão - e que por sua vez se retroalimentam - é aqui entendida como resultante direta das relações de poder na sociedade, estando atrelada à própria formação social que a gera, e que se expressa para além das condições objetivas de sobrevivência.

1) informações relevantes já registradas institucionalmente acerca dos mesmos, apontando para situações de vulnerabilização e diagnóstico de risco; 2) dentre os 08 (oito) casos, optou-se por 04 (quatro) que fossem do maior conhecimento da pesquisadora – elencados por sua significação inicial - e outros 04 (quatro) que fossem, apesar de tão significativos quanto, mais estranhos à sua intervenção profissional por ocasião das avaliações e/ou remoções, pretendendo-se observar e neutralizar com isso o grau de influência que os vínculos estabelecidos nos contatos anteriores poderiam ter no posicionamento dos entrevistados; 3) apesar da tentativa de abordar a unidade familiar como um todo – entendendo que a memória de uma trajetória é pessoal, mas também social, familiar e grupal, as entrevistas ficaram centradas em apenas 01 (um) representante de cada família – em 07 (sete) casos, nas mulheres – por diversos fatores que interferiram tanto na procura pelos depoentes, como no momento específico das entrevistas; 4) a diversidade dos denominados Setores Urbanos do município com relação à localização das avaliações de risco - 08 (oito) bairros distribuídos por 05 dos 08 Setores, sendo os mesmos: **Marumbi** (Leste), **Graminha** (Sul), **Progresso** (Leste), **Poço Rico** (Sudeste), **Ladeira** (Leste), **Três Moinhos** (Leste), **Ponte Preta** (Norte) e **Granjas Bethânia** (Nordeste).²

A pesquisa de campo utilizou-se da entrevista como meio privilegiado para a obtenção de dados; as mesmas contaram com um breve roteiro que objetivou estimular o relato da experiência de vida – fundamentada na metodologia da “História Oral” -, voltada para a trajetória nos locais de viver e morar. A ênfase foi dada àquilo que foi desejado, necessário e essencial lembrar, pois o foco da investigação está voltado para o que marcou a experiência de enfrentamento das condições de vulnerabilização e risco, numa perspectiva de construção social de sua noção dominante. Antecedendo, porém, a investigação empírica esboçaremos alguns elementos do discurso técnico entendendo que a concepção dominante de risco nele presente atua iluminando as narrativas dos entrevistados, sendo seus depoimentos respostas a esse discurso.

RISCO: O DISCURSO DOS PERITOS

Parece lugar-comum mencionar a multiplicidade de riscos a que estamos diariamente expostos na vida moderna, afirma Torres (2000, p.58). Outro lugar-comum é definir a exposição

² A Região Administrativa Leste concentra 76 (setenta e seis) das 146 (cento e quarenta e seis) remoções ocorridas nos anos de 2002, 2003 e 2004 (mais de 50%), acompanhadas pelo poder público municipal, por isso sua forte presença na referida pesquisa.

a riscos em geral como algo inerente à condição humana. No entanto, mesmo podendo perpassar as várias linhas de tratamento da questão, o fato é que, enquanto alguns riscos são facilmente identificáveis a partir da experiência cotidiana ou da aquisição de informações diversas, outros são identificáveis somente com a adoção de procedimentos científicos complexos.

Foi especialmente a partir dos anos 60, segundo Guivant (2000,p.285), que estudos técnicos sobre os riscos, de caráter quantitativo, passaram a ser desenvolvidos dentro de várias disciplinas, como toxicologia, epidemiologia, psicologias [...] e engenharias. O risco passa a ser considerado, a partir dessa abordagem técnico-quantitativa, como um evento adverso, uma atividade, um atributo físico, com determinadas probabilidades objetivas de provocar danos, que pode ser estimado através de cálculos quantitativos de níveis de aceitabilidade que permitem estabelecer *standards*, através de diversos métodos. Há, nessa perspectiva, uma forte demanda por quantificação, mensuração, calculabilidade, com vistas ao controle dos fenômenos. Nessa perspectiva:

Os leigos tendem a ser identificados como receptores passivos de estímulos independentes, percebendo os riscos de forma não-científica, pobremente informada e irracional. Estima-se que os riscos percebidos pelos leigos não necessariamente correspondem aos riscos reais, analisados e calculados pela ciência (Guivant, op.cit,p.286).

Nos anos 70 e 80, diversas críticas surgiram fundamentadas na falta de dados científicos quantitativos suficientes, provocando divergências graves sobre a interpretação das evidências e incerteza dos resultados. Diversas críticas a esta abordagem foram elaboradas pelas Ciências Sociais. A chamada teoria cultural do risco, formulada já no final os anos 60, a partir da contribuição de Mary Douglas e outros, caracteriza-se pela ênfase no caráter cultural de todas as definições de risco, o que leva à diluição das diferenças entre leigos, peritos e ao reconhecimento da pluralidade de atores sociais com suas racionalidades específicas nas formas de lidar com os mesmos. A partir dos anos 80, e de forma bastante paralela à linha teórica formulada por Douglas, surgiram estudos sobre riscos particulares, especialmente a partir das interseções com as sociologias ambiental e da ciência (idem op.cit.).

A utilização dessas referências que apontam para a visão dominante nos estudos sobre o risco objetiva aqui facilitar a aproximação com o discurso dos peritos. Para uma apreensão mais específica do mesmo nos utilizaremos de pesquisa realizada por Grizendi (2003), através da observação de elementos presentes nos depoimentos de Engenheiros Civis - técnicos do então

DDCJF³ –, colhidos através de entrevistas semi-estruturadas. A autora formulará não só a representação social do risco de acordo com esses técnicos, como também a representação que fazem sobre as condições de vulnerabilidade-risco da população, mostrando a existência de uma correlação estreita entre ambas.

Quando se trata de mensurar e prever riscos, não há como garantir que os cálculos probabilísticos vão assegurar uma real medição de sua gravidade. Esse é um dos motivos pelos quais a abordagem técnico-quantitativa do mesmo (característica predominante no “campo científico” da engenharia) é duramente criticada. No entanto, a pesquisa mostra que o engenheiro busca esta certeza científica no seu exercício profissional, e a ausência de equipamentos e instrumentos que possibilitem exercer essa competência científica o deixa em condição vulnerável. No enfrentamento dessa ‘condição vulnerável’, o profissional busca aproximar sua avaliação técnica o mais possível daquela considerada científica. Porém, por não contar com os instrumentos tecnicamente exigidos, essa aproximação nem sempre é alcançada e o profissional tem que tomar decisões, ainda que com base em ‘recursos precários’. Argumentam utilizar o ‘bom senso’ e a ‘intuição (*feeling*, conhecimento intuitivo), adquiridos a partir da experiência ao lidarem com situações de risco, na orientação de suas decisões. Há profissionais que buscam no próprio local e na escuta e respaldo dos moradores elementos para uma avaliação mais precisa. Considerando ainda essa condição vulnerável do técnico, tem-se a descoberta em campo de que as diversas situações encontradas nas vistorias não podem ser avaliadas apenas a partir de critérios técnicos – das noções inculcadas pelo *habitus* profissional⁴ –, pois a população vivencia condições de vulnerabilidade socioeconômica, estabelecendo outros níveis de exigência e atenção.

³ Grizendi (2003, p. 07) esclarece que “no procedimento adotado para tratar das situações de risco, no âmbito do Departamento de Defesa Civil de JF, a primeira verificação “em campo” da existência da ocorrência e sua gravidade cabe ao Setor de Prevenção e Operações – de competência da Engenharia. Os engenheiros atendem a solicitações em diversos pontos da cidade [...]. Mas o risco nem sempre é facilmente identificado e mensurado. Mesmo entre os técnicos, nem sempre há uma clara caracterização da situação de risco em termos dos níveis de susceptibilidade. Afirma ainda a autora que “uma avaliação equivocada pode trazer como conseqüências não somente o comprometimento da vida das pessoas, mas do próprio exercício profissional.”

⁴ A importância do *habitus* no exercício profissional pode ser compreendida da seguinte forma:

Não se pode pois, tanto como em outros domínios, confiar nos automatismos de pensamento ou nos automatismos que suprem o pensamento [...] ou ainda nos códigos de observação, boa conduta científica – métodos, protocolos de observação, etc. – que constituem o direito dos campos científicos mais codificados. Deve-se pois contar sobretudo, para se obterem práticas adequadas, com os esquemas incorporados do *habitus* (BOURDIEU, 2001:23) – in Grizendi (2003, p.29).

O enfrentamento dessas situações ‘diferenciadas’ para a formação do técnico leva-os ao encaminhamento das mesmas para outros profissionais e setores; isto é feito para que ele não fuja de seu propósito, ou seja, o de proceder à avaliação técnica para a qual foi preparado. Este argumento nos reporta à seguinte reflexão: as abordagens acerca dos desastres encontram-se, via de regra, ainda fortemente atreladas a fenômenos climáticos (naturais) específicos, negligenciando as causas da produção insustentável do espaço e conduzindo com isso, à insuficiência no que diz respeito ao enfrentamento das emergências. Revela-se uma “incompreensão mútua” (Valencio, et al., 2003,p.229) entre atendente e atendido em desastres, uma vez que esse formato convencionalmente adotado mostra-se distante, não só da compreensão do que é produzido socialmente em termos de configuração territorial, mas também da percepção social da população acerca dos riscos e ameaças. Essas limitações contribuem para a manutenção dos quadros de vulnerabilidade uma vez que se baseiam apenas em tentativas de “[...] ajustamento social, rápido e inquestionável, às condições físico-naturais limitantes [...]” (Valencio, op.cit.), o que reduz a condução para soluções que sejam estruturais.

Torna-se imprescindível buscar as outras dimensões do problema, o que demandaria reconhecer as limitações da visão hegemônica sobre desastres. Das dimensões interventivas atribuídas à Defesa Civil normativamente – quais sejam, a ação preventiva, o socorro, a assistência e a recuperação -, o socorro é o mais facilmente identificável em sua atuação, “havendo limitações políticas, técnicas e operacionais para atuar nas pontas, o que seria ainda mais imperativo em razão do crescimento da vulnerabilidade humana.” (idem op.cit.).

Considerando as limitações citadas, inclusive as de ordem institucional identificadas no âmbito da gestão de desastres, cabe-nos esboçar a seguinte questão: como essa vulnerabilidade da população é traduzida pelo técnico? A “necessidade” (privações vivenciadas pela população) é a primeira coisa que o técnico identifica e esse aspecto se mostra, nas representações sobre o risco, como motivo de maior preocupação do que as chamadas “situações de risco” avaliadas tecnicamente. No entanto, as opiniões dos técnicos sobre essa vivência do risco-vulnerabilidade pela população, não expressa uma homogeneidade de pensamento no grupo, aponta a autora, pois aspectos valorativos interferem na interpretação das situações.

Grizendi (2003) buscou identificar essas representações e apontou quatro dimensões na análise das mesmas, quais sejam: os fatores que os técnicos consideraram que poderiam levar os

sujeitos a vivenciarem o risco, as representações relacionadas com a interpretação do comportamento da população atendida (atitudes diante do risco e práticas de enfrentamento dos mesmos), o posicionamento dos técnicos quanto à demanda apresentada pelos moradores durante as vistorias e, por fim, as representações referentes à vulnerabilidade de técnicos e da população diante da ausência de retaguarda do poder público para um efetivo atendimento à população.

As situações de risco-vulnerabilidade são, na visão dos técnicos, decorrentes tanto de fatores mais contextuais, produto do quadro sócio-político do país, como também da própria conduta do indivíduo diante das situações de risco. Porém, percebe-se a influência de valores pessoais na construção das representações sociais sobre o fenômeno.

[...] um tipo de argumento que responsabiliza o morador, na medida em que este executa as obras sem orientação adequada, ocupa áreas de proteção ambiental, utiliza materiais não apropriados e outras práticas recorrentes. O discurso aqui se inverte. Da condição de não-assistido, o morador passa à condição de culpado. Nesse caso, os fatores de risco estariam relacionados à falta de educação dos moradores, como se houvesse uma falha na formação moral das pessoas atendidas. Nesse caso, os técnicos assumem uma posição de que os moradores carecem de informação, de educação e, assim, propõem que eles sejam educados e esclarecidos.. (p.56).⁵

Neste ponto cabe fazer uma ressalva à questão do poder/saber que o perito porta respaldado pela ciência e que se confronta com as práticas e juízos da população. Estamos mencionando o poder que se estrutura também na capacidade que as profissões têm, dentro da própria estrutura estatal e das competências do técnico, de instalar novas ordens sociais na cidade.

Em nossas sociedades, ‘a economia política’ da verdade tem cinco características historicamente importantes: a ‘verdade’ é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de

⁵ Em estudo denominado ‘Reflexividade na Sociedade de Risco: conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos’, realizado por Guivant (2000,p.283), encontramos a afirmação de que os parâmetros estabelecidos cientificamente servem, em muitos casos, para acabar atribuindo a culpa dos problemas de contaminação ou intoxicação não aos cientistas, nem ao Estado, nem às empresas, mas aos próprios agricultores, que estariam utilizando de forma inadequada o insumo, por falta de conhecimento, por negligência ou por irracionalidade, ocasionando acidentes. Este argumento é o outro lado do consenso científico sobre os riscos, que encontra um terreno propício para ser aceito na alta divisão do trabalho, entre pesquisa, produção, difusão, venda e uso de agrotóxicos, o que provoca a diluição social dos efeitos, sem que a responsabilidade pelos problemas seja assumida por alguém mais que os agricultores.

verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as ‘lutas ideológicas’).(Foucault, 1972).

O discurso dos peritos é um fenômeno claro do regime moderno de produção de verdades. Mais especificamente, a Engenharia é um campo disciplinar cuja episteme pressupõe uma série de operações de classificação, nomeação, hierarquização da realidade com o objetivo de explicá-la; há mecanismos de ação sobre o real, incluindo a produção de discursos, como os planos, a documentação oficial, os laudos, etc. Não é um conhecimento autônomo, mas é um campo disciplinar, de saber, mas também de poder; este, por sua vez, não é exercido sobre os moradores e o território das áreas "de risco" exclusivamente porque os engenheiros estão dentro da burocracia de Estado. Há nestes casos uma reprodução das verdades, já que a própria Engenharia faz parte de um regime moderno de produção da mesma. O poder aí exercido se dá no campo da aplicação do saber e da forma como este saber é exercido na prática e foi historicamente construído.⁶ Por outro lado, Foucault (op.cit.) aponta também:

[...] o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles, e elas o dizem bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade [...].

A pesquisa nos mostra que fica clara a diferença de valores existentes entre técnicos e moradores. Os primeiros pautam suas representações em noções que confirmam uma visão bastante difundida em nossa sociedade, segundo Jamur (1994), que é a de que o pobre é pobre porque não sabe gastar o dinheiro que consegue e se permite um consumo de luxo, acima de suas

⁶ [...] a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...]. A verdade é deste mundo: ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro [...]. (Foucault, 1972).

posses. Ou seja, a representação de que o pobre deve permanecer ao nível da subsistência material, não tendo necessidade de bens culturais e de lazer (Jamur,op.cit.). Enfim, os indivíduos são desinformados e necessitam ser conscientizados do risco.

O aspecto valorativo aparecerá também no entendimento que os técnicos têm da participação do poder público nas situações de risco-vulnerabilidade, por vezes defendendo sua intervenção, e noutras isentando-o de tal responsabilidade. Em meio a esses posicionamentos surge a questão do mérito, ou seja, atender aquele que retribui a atenção [...], aquele que demonstra interesse em ser ajudado, que mantém suas panelas limpas e areadas; também o critério de ajudar àquele que tem alguma coisa para contribuir com a situação (idem, op.cit.). Ainda relacionado à valorização do esforço pessoal, os técnicos apontarão a presença de condutas ativas ou passivas dos indivíduos diante do problema do risco, valorizando as primeiras e criticando as práticas que resultam do desconhecimento, desinformação ou de condutas equivocadas. Grizendi (2003), ao concluir sua pesquisa, afirma então que

O confronto dos relatos dos técnicos e dos moradores entrevistados e a análise dos Boletins de Ocorrência revelou que as representações sociais vêm sendo construídas por esses dois grupos numa relação dialética de negação e afirmação do risco. A análise do conteúdo representacional dos enunciados de ambos, revelou uma estreita relação, entre as situações de risco e as condições de vulnerabilidade socioeconômica: tanto as situações de risco podem conduzir os indivíduos a viverem em condições vulneráveis, quanto a vulnerabilidade socioeconômica pode levá-los a vivenciarem situações de risco, numa dinâmica de circularidade (p.74).

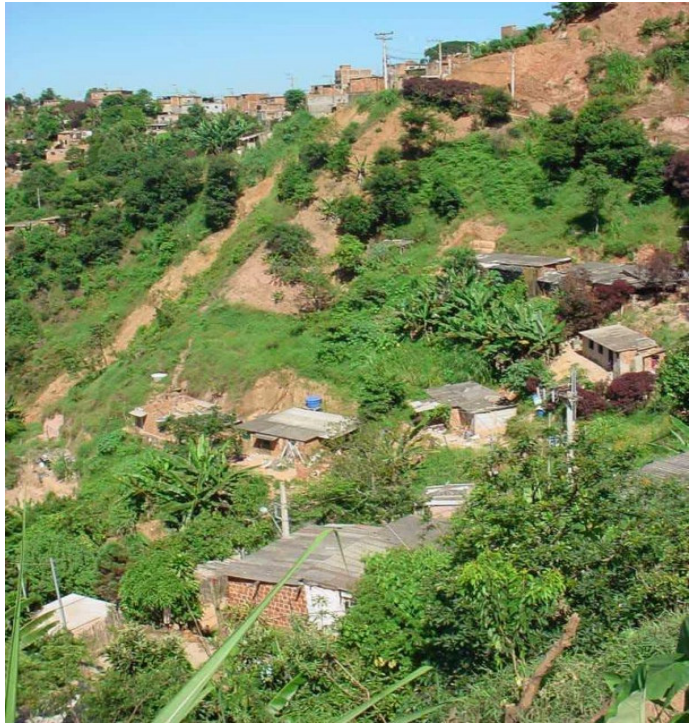
Há uma circulação das representações sociais entre os dois grupos pesquisados, tendo sido possível identificar a presença de elementos das representações sociais dos técnicos nos discursos dos moradores e vice-versa. Porém, essa circulação de referências e práticas não significa uma comunicação bem sucedida e nem que os grupos compartilhem as mesmas representações. Essas diferenças se dão não só entre técnicos e população, como também entre os próprios técnicos.

Buscamos, com a contribuição deste estudo, oferecer pistas empíricas acerca da visão dos técnicos, correlacionando-as com elementos teóricos, uma vez que esse discurso, como já mencionamos, apesar de não ser homogêneo, coloca-se de forma dominante na definição dos parâmetros do que é o risco e oferece conseqüências na definição de políticas, condutas, decisões acerca de grupos sociais específicos. E é ele quem ilumina as narrativas dos sujeitos da denominada experiência ‘de risco’, que por sua vez constroem um contra-discurso fundamentado

na permanência e resistem ancorados numa prática social também específica. Investiremos a seguir na experiência da população que traz outra qualidade de análise, apontando as diferentes visões e fortalecendo a idéia da existência de um embate que culmina na imposição de uma visão (inclusive sobre essa população ‘que o vivencia’).

“Em noite de chuva eu sentava, cobria as pernas com cobertor e ficava esperando o barulho. Porque ninguém acredita, mas quando um barranco cai, não sei o que é, mas ele ‘rusna’ que nem bicho” (Maria Camélia – Progresso)⁷ – A NARRATIVA DOS MORADORES.

As trajetórias de despossessão e resistência e a construção social do risco, num contexto de desigualdade ambiental, enfocadas a partir dos elementos materiais e simbólicos apresentados pelos entrevistados, constituem o centro analítico das reflexões que se seguem. Serão considerados, como já mencionado, dois grandes eixos que se apresentam conectados, quais sejam: a presença de uma **estratégia discursiva de recategorização do que é o risco**, fundamentada numa **prática social específica** que depende da permanência no lugar para garantia da posse e dos



Alto dos Três Moinhos. Juiz de Fora, jan/2003.
Fonte: DDC/PJF.

ativos sociais - ambos os aspectos fundamentando uma **resistência** à noção técnica dominante do risco. Os aspectos de maior significação serão agrupados em temáticas que objetivam facilitar a construção do argumento em pauta, tendo esse movimento um caráter exploratório.

As narrativas apontam inicialmente para a **presença de um conhecimento acumulado**

⁷ Para preservar os entrevistados, omitimos seus nomes verdadeiros, bem como seus endereços. Os bairros informados, entretanto, correspondem aos lugares de origem dos moradores ou àqueles em que estes tiveram suas respectivas experiências de contato com o “risco” e/ou remoções.

pela população ao longo de suas trajetórias, oriundo da experiência pessoal, que se confronta e resiste à noção técnica do risco - formas de resistência estas representadas pela utilização de estratégias de contraposição, que se apresentam situadas no âmbito das lutas pela sobrevivência. A resistência aqui poderia ser caracterizada por formas particulares e difusas de reagir às imposições do discurso técnico que quase sempre resulta na expulsão, sem outras garantias de acesso ao território urbano e à moradia própria.

O discurso técnico, predominantemente “objetivista”, que comporta a tentativa de previsibilidade do ‘risco’, calculando possíveis danos e ocorrências futuras, se confronta com as práticas cotidianas resultantes dessa luta que é material e simbólica e que se dá no plano imediato da vida dos sujeitos.⁸

Os técnicos da Defesa Civil falou isso, que ia cair, só que aí a minha mãe não quis sair de lá, porque meu padrasto bebia muito na época e o bairro que a gente ia era distante, e minha mãe tinha medo de outras pessoas que não conhecia. A gente era criança, não tinha como decidir, eles que eram os adultos que decidiam por nós, a gente continuamos no lugar. Só que a gente nem acreditou muito que ia cair mesmo não, como a Defesa Civil tinha falado com a gente que ia cair o lugar. Aí foi passando só que, do jeito que a Defesa Civil falou, com o passar do tempo começou a cair. Toda chuva caía um pedaço de barranco. Caía um pedaço de barranco, foi indo até começar a atingir a nossa casa. Pra isso acontecer foram 20 anos, 20 anos.

(Aline Cordeiro - Marumbi)

A aceitação de um diagnóstico técnico que aponte para uma remoção definitiva é, quase sempre, dificultada pela ausência de alternativas – num contexto de superposição de carências - e ainda mais transtornante quando se dá baseado na probabilidade de ocorrência futura do problema⁹, sem que algo de concreto, visível, palpável tenha ocorrido “aos olhos” do sujeito - o que se caracterizaria, no discurso técnico, como uma iniciativa preventiva. Esta foi a experiência relatada por Inês Helena Silva Inácio:

[...] eles disseram que minha casa não tinha tanto perigo, daí nós *ficamo*

⁸ Podemos destacar aqui o fator “probabilidade”, que é componente das avaliações técnicas e do discurso dos peritos, como aspecto que contribui para a desqualificação do argumento técnico baseado em “possíveis ocorrências futuras”, tornando-se crucial na resistência à noção de risco pelo morador, uma vez que as questões colocadas no cotidiano de suas experiências são imediatas e se mostram, quase sempre, carentes de soluções concretas.

⁹ Vale recordar o tempo de ocupação que cada um dos entrevistados teve nas respectivas áreas denominadas ‘de risco’: Aline Cordeiro – 20 anos, Simone Maria Rodrigues - 10 anos, Maria Camélia Inês Souza - 12 anos, Márcia de Oliveira – 05 anos, Matias Machado Farias – aproximadamente 20 anos, Inês Helena Silva Inácio - 11 anos, Siléia Assis de Jesus – 03 anos e Maria Tavares Davi - 04 anos.

lá. Depois eles iam sempre lá e olhavam pra ver como é que tava. E disseram que eu tinha que sair: era eu, o Luis, a Inês e a Dona Marilsa. Aí disseram que nós *teria* que sair dali.

Minha casa não tinha problema nenhum. A do Luís caiu um barranco atrás, mas a casa, tirando aquela terra, não tinha necessidade de ele ter mudado de lá. A Dona Marilsa também. Do jeito que o muro que tavam falando que ia cair sobre a casa, do mesmo jeito ele tá lá até hoje. Não caiu nada. A da Inês rachou um pouco. Não tinha assim tanto perigo... Bem, a gente acha né? Porque a gente que não entende do assunto, a gente fala: 'ah! não tinha perigo'... como não caiu até hoje. Então, a gente fala que não tinha perigo, mas às vezes, se eles falaram, é porque... Eu achava que não ia ter perigo. Mas eles disseram que iam derrubar todas, que não ficaria nenhuma inteira ali. Eu fui a última a sair de lá, porque o Adão ficou perguntando se eles não faziam um muro pra gente, porque não queria sair de lá...

O risco ambiental, que aqui aparece exemplificado especificamente por deslizamentos de terra e enchentes, se apresentará, então, apenas como mais um elemento componente do cenário de dificuldades, privações e demandas imediatas, numa condição de quase insignificância frente a outros elementos presentes. Isto é, mostra-se contornável e passível de convivência. Diante da vasta experiência de privações, as conquistas (como a construção de suas casas, mesmo que precariamente) - tão raras e árduas - ganham relevância, delimitando as posturas de resistência frente à avaliação técnica, por vezes pouco clara na perspectiva do morador, mas quase sempre decisiva nos rumos de sua vida.

A maior recordação que tenho foi a penitência pra gente construir a casa. Da gente subir e descer aquela escada carregando água, lajota, carregando o material porque não tinha como deixar descer, nem como o caminhão chegar mais perto. Então, foi com muita dificuldade mesmo que a gente construiu aquilo ali. Posso dizer que não tenho assim outras grandes recordações... Depois que colocaram a luz né, a gente podia ficar no terreiro batendo papo com os vizinhos, o que era até muito gostoso. É... Porque lá eu fiz com tanto sacrifício...

Eu saí num dia da minha casa e no outro eles derrubaram ela. Não deu pra aproveitar nada. Isso é que é triste, né? Você faz com tanto sacrifício e depois vê aquele monte de tijolos jogados no chão.

(Inês Helena – Três Moinhos).

Surge daí uma postura que coloca em questão a noção de que a população pobre aciona a Defesa Civil com vistas ao acesso a recursos públicos, como um dos únicos meios existentes para tal. Se o acionamento dos técnicos ocorre em grande parte em razão dessa expectativa – acesso a recursos que possam atenuar o risco -, por outro lado, podem levar ao enfrentamento de

avaliações extremadas com remoções definitivas ou com desdobramentos indesejados, o que delimita a opção de não envolvimento, em alguns momentos, com o setor, mesmo em condições de ameaça e perigo.

Não raro, populações em áreas de risco, uma vez afetadas por desastres, como os relacionados às chuvas, deixam de reportar à Defesa Civil as pequenas tragédias particulares vivenciadas, assim como vêm com desconfiança e agem com resistência às estratégias de prevenção que são colocadas em operação, como a remoção das pessoas do lugar, o que é realizado geralmente, como deslocamento involuntário. [...] a associação do descaso cotidiano do poder público em relação a eles com a abordagem pontual dos serviços de emergência em épocas de chuvas, que buscam retirar as pessoas do lugar ameaçado, é passível de tomar a compreensão de que a emergência não se trata de um resqúicio de proteção social, mas de um esforço público de deslocar a vulnerabilidade em vez de resolvê-la. Portanto, trata-se de um tipo de violência. Como seria possível àqueles que são invisíveis a maior parte do tempo, para o Estado e para a sociedade organizada, aceitar que, ocorrendo o desastre (ou a sucessão de emergências ou a calamidade), tornaram-se, desde ali, objeto de preocupação para o outro? A desconfiança da população vitimada em relação aos seus ‘salvadores’ justifica-se pelo histórico de abandono e silenciamento, muitas vezes violento, de suas demandas, inclusive as que mitigariam os riscos de desastres [...].¹⁰(Valencio, et.al.2003).

Não há compreensão possível da vida do povo se não compreendermos sua fadiga e sua trajetória marcada pelos mínimos sociais e pelas perdas, por dinâmicas de vulnerabilização geradas a partir de um poder desigual. Sobreviver é urgente, imediato. Colocada nesse plano, a sujeição a um possível “risco”, à noção de uma ameaça futura, é dado secundário. O risco é reinterpretado a partir de uma outra natureza de ameaça: a de expulsão.

A presença desse **conhecimento específico** também **se dá através da forma e do lugar onde se constrói** - exercício proveniente de suas próprias experiências de despossessão, autoconstrução e improvisado -, conflitando com a percepção da ameaça real existente e também com as orientações provenientes do conhecimento técnico. Observa-se que os moradores de áreas e/ou edificações apontadas como de risco reproduzem pensamentos e práticas comuns a seu grupo social, reafirmando o *habitus* enquanto sistema de predisposições que leva os indivíduos a pensamentos e práticas socialmente compartilhadas (Bourdieu *apud* Romano, 1987). Dentro

¹⁰ Este aspecto será retomado posteriormente quando da observação da postura do poder público pelos entrevistados.

disso, tem-se a utilização de um conhecimento próprio no enfrentamento cotidiano das situações – que se mostra mais próximo, acessível e inteligível do que aquele apresentado pelo técnico, ao indicar as soluções para seus problemas.

Os moradores mostrarão na reelaboração do discurso técnico colocações que contestam aquilo que é apontado (de maneira reducionista) como viável em termos de ‘segurança’, denunciando que essa segurança é possível desde que haja recursos financeiros para tal. Então, se destaca a existência de uma consciência de que, para muitos dos casos que são analisados como “de risco”, seria possível uma solução técnica de consolidação das áreas sem que houvesse necessidade de remoção da população. Porém, como a questão é econômica, surge como argumento a falta de recursos e a solução é delegada aos sujeitos, no plano individual. Na verdade, nem sempre o problema é o risco de uma área, mas sim a ausência de diretrizes públicas de consolidação das mesmas através de obras estruturais que permitam a permanência, confirmando a noção de que “infra-estrutura para o pobre tem que ser barata”.

Eu fico alegre de estar fora do risco, porque eu tenho meus filhos. Mas triste porque me pergunto: por que tiraram só nós? Será que nós somos melhor ou nós somos pior? [...].Ah! Deixa o pobre morar onde quer. Eu falei com o engenheiro: por que vocês vão tirar nós daqui? O povo não tem direito de escolher onde quer morar não? Vocês vão me dar uma casa no centro da cidade? Eu quero morar perto da cidade[...].E ali dava, de coração, pra fazer uns prediozinhos, sem risco, sem nada. Todo mundo ali tá ciente disso. Eu não sô engenheiro não mas, é só colocar uma fundação lá embaixo. Quer dizer, pros ricos não condena nada, o bolso fala alto, mas pros pobres. Condenado é o bolso dos pobres (grifo nosso).
(Márcia de Oliveira – Poço Rico).

As estratégias também se configuram, no plano discursivo, através da **reinterpretação dos fatos e sinais do cotidiano**. Há um aprendizado acerca dos fenômenos naturais (a descida dos barrancos, a chegada das águas das enchentes), oriundo do viver em meio a eles e enfrentá-los. A leitura desses sinais se soma à apreensão de noções acerca de técnicas construtivas e outras práticas cotidianas, conformando um conhecimento que norteia suas ações, conferindo-lhes segurança, apesar da marginalização dessas práticas pela ciência.

Pensei comigo: ‘o rio é pequeno, não vai acontecer problema nenhum’, isso era eu pensando [...]. Eu falava sempre com as crianças: ‘vocês não podem beber dessa água que é contaminada, tem veneno’. Fiz uma cerca, procurava manter e fiz um portãozinho pra eles não passar pra beira

d'água. Meu neto caiu lá, mas Deus ajudou que ele agarrou na moita de capim e o outro gritou e tirou. Se cai no meio do rio tava morto.

(Siléia Assis – Ponte Preta).

Lá em casa a família é muito controlada pela minha mãe. Ela falava e ninguém queria se impor, minha luta maior foi contra ela pra poder sair daquele lugar. Até que Deus abençoou que um dia ela... ela cochila muito durante o dia porque toma remédio de pressão; numa dessas cochiladas, não sabe se tava acordada ou dormindo, ela escutou um barulho como se o barranco tivesse caindo. Aí naquele dia ela disse: Aline, eu vou sair daqui! Deus já me avisou que realmente essa casa vai cair. E na noite que a gente saímos, caiu uma quantidade de barranco muito grande atrás dos cômodos lá de casa. Parece que Deus só tava esperando a gente sair. Já tinha caído um pouco, mas caiu mais ainda na noite da nossa saída.

(Aline Cordeiro – Marumbi).

Permeando essas práticas está a forte **presença da religiosidade**, em que tudo se resolve na explicação mística: é o apoio na falta de apoio, pessoal ou público, manifestando-se na forma de avisos, proteção, explicações e expectativas diversas. A religiosidade aparece como elemento forte nas narrativas dos entrevistados, tanto no que diz respeito à proteção



Marumbi. Juiz de Fora, jan/2004. Fonte: DDC/PJF.

com a qual afirmam poder contar, frente às instabilidades constantes, quanto ao que esperam para o futuro. Segundo Gomes e Pereira (1992, p.160), as camadas empobrecidas da população - aquelas que correspondem ao segmento que denominamos popular – engendram mecanismos que atendam não só às necessidades da vida material mas também às questões de relacionamento com o sagrado. Visto assim, “o universo divino não se coloca paralelamente ao universo humano, mas penetra-o, investindo-o de possibilidades sobre-humanas [...]”

A religiosidade se apresenta em graus diferenciados, mas está sempre presente e obedece à dialética da própria vida, entendida como sucessão de ganhos e perdas, subserviência e dominação, inteireza e fragmentação.

Vou muito à Igreja. Peço muito a Deus, porque se a gente não pedir a Deus, nada feito. Com ele já é difícil, sem ele então, é pior. Aí a gente tem que pedir muito a Deus pra ter misericórdia da gente.

[...] Eu sei que Deus vai me ajudar a arrumar um lugarzinho. Eu não tô escolhendo lugar não, aonde eles mandar nós vamos com Deus, nós agradece a Deus. Porque ninguém vai dar a nós um lote bom, numa baixada ou no centro. Não espera isso não, é sempre mais afastado mesmo.

(Siléia Assis de Jesus – Ponte Preta).

O que poderia ser apontado como submissão na convivência entre Criador e criatura, pode ser lido como parte de um sistema de trocas simbólicas com a divindade, onde a hierarquia se mantém e com ela a integridade do homem que crê.

Essas estratégias de resistência, apoiadas, entre outros fatores, no “caráter divino” atribuído aos fatos, sustentam-se também na insistência de se permanecer ou retornar e reconstruir no local do acidente, mostrando a importância de “um lugar seu”, conformando a luta por pertencimento e vinculação, frente à despossessão vivenciada, inclusive a despossessão espacial. **Configura-se a noção de um “lugar identitário”**. Na observação da constituição da questão identitária, supomos que as classes dominadas têm em suas condições objetivas de vida a base de suas condições identitárias e de resistência.

A experiência da pobreza constrói referências e define “um lugar no mundo”, onde a ausência de poder de mando e decisão, a privação de bens materiais e do próprio conhecimento dos processos sociais que explicam essa condição ocorrem simultaneamente a práticas de resistência e luta. Submersos numa ordem social que os desqualifica, num cotidiano marcado pela luta, os sujeitos vão aí constituindo os padrões mais gerais de sua identidade, sua consciência e representações associadas a um lugar identitário.

Eu não vendo isso aqui de jeito nenhum, pode me dar a fortuna que der. Porque nós, se chegar aqui e falar: vocês querem uma mansão lá em Benfica, pode falar comigo, Dona Gilda, qualquer um filho, ninguém quer sair daqui. Nosso lugarzinho é aqui. Daqui eu quero sair só lá pro Municipal (Cemitério), onde eu já tenho um lugarzinho.

(Matias Machado Faria – Ladeira).

A identidade implica em partilha de valores num contexto determinado. E é vivendo na intersecção de instâncias diversas como a família, o trabalho, a vizinhança, a Igreja, as associações de bairro e as instituições sociais e assistenciais, que constroem seu lugar na sociedade com as reciprocidades e responsabilidades daí decorrentes. Aí criam laços e têm seu lugar. A procura de solução para a vulnerabilidade resultante da ausência de trabalho/renda se dá, entre outros fatores, através da ocupação ilegal de um território que, no geral, se caracteriza pelas aglomerações desorganizadas de moradias muito precárias. Porém, em cada caso específico se poderá observar resistências maiores ou menores a essa desafiliação.

O relato abaixo aponta para uma vinculação criada e fortalecida a partir dos ativos sociais presentes na experiência da referida família e comunidade. A rede de apoio externa à comunidade atuou compondo o capital social e suprindo as conseqüências mais ameaçadoras que a expulsão do mercado de trabalho provoca. Por conseqüência, ressalta a perda nesse sentido vivenciada, com a remoção do local e pela não substituição dessa rede de apoio pelo poder público.

Eu te falo: minha riqueza era lá. Porque eram pessoas que te tratavam com certo carinho. Todo mundo que ia te ajudar: ali iam pessoas à noite pra dar o lanche para as crianças. Saía aquela criançada gritando ‘êêê.....’ Natal nunca foi esquecido ali, dia das crianças, Páscoa, tudo você tinha ali. Era pouquinho, mas cada um chegava com um pouco. Tinha pessoas da universidade que ia fazer o trabalho. Cada um saía um pouco e arrecadava agasalhos, sapatos e levava lá. Mesma coisa era a Casa do Caminho, a Igreja... era bom, não que você queira viver eternamente de ajuda, mas hoje você tá empregado e amanhã? Ali é um lugar que pra mim é riqueza. É onde você tá passando uma certa dificuldade e acha uma mão estendida pra você, é a melhor forma de você dar carinho ao próximo é estender a mão pra ele.

(Márcia de Oliveira – Poço Rico)

A luta pela sobrevivência mais imediata, que aglutina e ao mesmo tempo fragmenta, se mostra como um elemento encontrado pelas camadas mais estigmatizadas e excluídas de nossa sociedade, para o exercício de seu papel social e para as suas práticas de resistência. Evidencia-se uma busca pela manutenção de hábitos, valores e práticas apreendidos - principalmente entre os mais velhos -, que estão relacionados também à subsistência, atuando como complementação de suas rendas. Pode-se identificar a presença de elementos do meio rural ou mesmo suburbanos nos modos de vida: a questão do espaço (da casa e do terreno) apresenta-se como um valor para a escolha do local de moradia final, as práticas de plantar, trabalhar na terra, criar animais, cozinhar no fogão à lenha, possuir quintal (território do encontro com os vizinhos e do lazer das crianças).

Até hoje nós tamo esperando pra ver pra onde eles vão levar nós. Pode até ser assim no morro, mas eu quero um quintal, um pedacinho pra eu poder plantar alguma coisa. [...] Olha, de verdura eu não comprava nada quando morava lá. Tinha tomate plantado. Eu mesma comprava semente, semeava e cuidava da minha hortinha. A gente sente falta [...].

O prazer de ter a minha casinha com terreirinho pra plantar uma couve... Eu me senti muito feliz quando consegui isso lá. Eu saí do pesadelo do aluguel. A preocupação de pagar, dever e ter aquela responsabilidade. Pra mim foi um alívio porque eu já estava dentro do que era meu. Só Deus pra me tirar dali

(Siléia Assis- Ponte Preta).

Dona Maria Camélia – Progresso, relata as diversas experiências de retorno para o mesmo local de onde teve que sair 03 (três) vezes em razão de deslizamentos de terra, da destruição de suas casas e da reconstituição das mesmas, assim como as iniciativas para conter o ‘risco’ Uma prática, diga-se, fortalecida pela inconsistência das iniciativas do poder público, como mostraremos mais adiante.

Encontramos muito barro. Limpamos tudo e fizemos de pau-a-pique. Essa foi a segunda casa. Depois ficamos desabrigados de novo, novamente porque desceu barranco. Daí, não tivemos ajuda, só da Escola de Samba. Ficamos lá e depois tivemos que caçar suas casas [...]. Parece que nós tem o umbigo agarrado aqui[...] voltamos pra essa casa, naquele mesmo lugar. E se eu pudesse, hoje eu voltava de novo.

(Maria Camélia – Progresso).

O “apego ao lugar” aparece por vezes associado aos laços mais gerais criados ao longo da trajetória: à vizinhança, às formas de vida, às práticas, hábitos e valores. Em outros casos, onde a sociabilidade se mostra mais frágil, o apego estará diretamente associado a conquistas mais específicas como a construção da casa própria, marcada pelos sacrifícios constantes e por uma interminável luta pra se atingir o mínimo necessário. Mas, de maneira geral, a relação estabelecida com a visão técnica do risco se mostrará com menor significância: ele aparecerá como a razão inversa da identificação do local como ‘lugar’ – noção que fortalecerá a luta pela permanência e a contestação da versão técnica.

No processo de construção social do risco, tem também forte destaque a **presença do risco ambiental situado no contexto do risco social**, ou, como já explicitamos, no contexto das desigualdades ambientais, onde o conjunto de privações vivenciadas, a consciência da busca de áreas mais instáveis ou degradadas como única alternativa para os pobres, a relativização do risco ambiental, a possibilidade de despejo e “desmoralização” e “humilhação” para os que vivem no

aluguel se mostrarão relevantes, apontando para uma realidade estigmatizada e, de certa forma, produzindo uma reelaboração moral da noção de risco, transformando-o em “oportunidade”.

Este fato está, entre outros aspectos, associado a trajetórias marcadas por grandes privações e sucessivas perdas. E não se pode falar apenas de privações ou perdas materiais, uma vez que cada trajetória vai se situar no processo de acontecimentos sociais e históricos que delinearão, para esses sujeitos, no processo de reprodução das relações sociais, um lugar social, definido pela pobreza, dominação, vulnerabilização, exclusão e também pelo conhecimento e enfrentamento de suas condições. Privações e perdas que se mostram cumulativas, que se sobrepõem.

O que a gente viveu foi assim de muita dificuldade. Dificuldade financeira assim, de não ter o que comer, de não ter o que vestir direito, sabe? É isso o que eu lembro. Sempre foi assim [...]. Mas aquela casa que a gente ficou, ela caiu. Inclusive, ela ia cair em cima da Aline (risos)... mas aí eu peguei ela antes. Assim que tirei ela, a casa caiu. Nós ficamos só com a parte da cozinha. Essa foi a primeira casa pra onde fomos, era grande mesmo, era a maior que tinha lá no beco. Caiu, nós fomos pra casa de uma vizinha por um dia, e depois voltamos pra viver nela mesmo. Teve uma época que colocamos um plástico que a DC deu e nós ficamos debaixo do plástico. Nessa época caiu um caminhão ali, eu fiquei preocupada com o motorista, quase que eu caí também lá embaixo. Nós já caímos muito (risos). Eu já caí lá, meu neto quando era pequenininho também já caiu. (Nádia – mãe de Aline).

O não acesso a recursos essenciais se soma às perdas: dos poucos pertences no contexto dos acidentes (de utensílios e eletrodomésticos à própria casa) e também dos ativos sociais com as remoções. A recuperação desses bens, ativos e a expectativa de uma vida mais segura, com a possibilidade de acesso a local próprio para morar, compõem o conceito de qualidade de vida e bem-estar.

Em todos os relatos observa-se a presença do aluguel antecedendo a ocupação das áreas de risco. Pressionados pela ausência de recursos, inclusive financeiros, para custear as despesas com o mesmo, a decisão por “invadir os locais disponíveis para os pobres” – expressão utilizada pelos próprios entrevistados – torna-se, na escala de privações e demandas pela sobrevivência, um posicionamento legítimo. O risco torna-se presença insignificante, relativizada frente à ameaça de ‘desabrigo’. Para além de ser apenas uma prática discursiva, essa “oportunização” criada é uma realidade efetiva que explica, em grande parte, o fato das pessoas estarem em locais instáveis e precários. Essa ‘reelaboração do risco’ aparece ancorada na necessidade da segurança

da propriedade e dos ativos sociais. Turner (1971, p.140), ao debater sobre novas formas de se avaliar o déficit habitacional, aponta os aspectos que julga mais essenciais no que diz respeito às funções da moradia:

Postulo tres funciones esenciales que todo alojamiento debe satisfacer con objeto de lograr una realidad externa: refugio, seguridad y localización. Una casa no es una casa si no proporciona un mínimo de protección contra el clima insoportable y las personas insoportables; si el refugio, por muy excelente que sea la protección que suministre, no puede ser ocupado con una razonable garantía de posesión será de poca o ninguna utilidad; y si la casa no proporciona un acceso a un medio ambiente adecuado; si los ocupantes no tienen acceso a los trabajos, mercados, escuelas y servicios que precisan sus vidas, o si no se encuentran en la comunidad a que pertenecen, la casa no tendrá ningún valor práctico en ninguno de los casos.

A segurança que preocupa os mais pobres está atrelada ao trabalho/renda, mas ainda mais imediatamente à localização da moradia com relação às fontes de subsistência e à redução de gastos, inclusive com o pagamento do aluguel, o que os livra do pesadelo do despejo e da humilhação. Então, sair da condição de risco através da remoção, para locais infra-estruturados porém, alugados na proposta alavancada pelo poder público, não caracteriza a situação de segurança almejada. Fica mantida a expectativa da casa própria, da “condição de proprietários”, a condição que os livre da ameaça da expulsão.

O que espero? Construir a minha casa, e que seja a casa do meu sonho, com um belo de um sofá, com uma bela de uma estante, uma TV de 20 polegadas na minha sala. É muita coisa que a gente tem que organizar, a gente tem que planejar primeiro pra depois conseguir chegar na meta que a gente quer. Mas eu tenho fé no Deus maravilhoso que nós temos, que eu ainda vou construir minha casa. Antes de eu morrer, a minha casa vai estar de pé, nem que eu faça hoje, desfrute dela só amanhã e depois se Deus quiser me levar, não tem problema. Mas que eu vou conseguir construir a minha casa eu vou. A último sonho que eu tenho: eu vou construir a minha casa, do jeito que eu sonhei e não podia.
(Simone Rodrigues – Graminha)



A ocupação dos locais sobrantes, possíveis, abandonados, se dá, por vezes, intermediada por atores que, mesmo sem possuir a propriedade dos terrenos – do ponto de vista jurídico-formal – se propõem a comercializá-los, estipulando valores e condições. Para quem paga, resta a expectativa de aquisição de um comprovante (documento) referente à transação comercial e à propriedade, mesmo que haja por parte do adquirente ciência acerca da “condição ilegal” e informal do negócio realizado.

Os relatos de Siléia Assis (Ponte Preta), Maria Camélia (Progresso) e Márcia de Oliveira (Poço Rico), respectivamente, elucidam bem essa situação:

Um rapaz falou comigo: um moço tá vendendo e se a senhora quiser comprar, ele faz as prestações pra senhora. Eu falei: dependendo das prestações, porque eu não tenho condições de pagar à vista mesmo. Ele disse: ele faz um precinho mais ou menos, de uns 50 reais por mês. Assim eu fiz. Mas pra eu pagar esses 50 reais, eu tenho que fazer o barraco e entrar e ir pagando. Deixar o aluguel... Aí eu peguei e fui pra lá. Dei a ele 50 reais e fiz o barraquinho de lona e eu entrei *pra dentro*.

Documento da casa? Tinha o papel de compra e venda, registrada em firma, mas não em cartório. Porque nesse caso não pode. Não foi cartório porque lá é da Prefeitura, não é lote comprado. Nós compramos o quê? A casa, o terreno não.

Lá era tudo só na base do recibo. Meu pai comprou, na época por 1.200 ou 1.400 reais. Inclusive a pessoa que passou mora lá. É invasor vendendo terra (*risos*), aquela burocracia né? Mas eu mesma nunca cheguei a vender não. Mas isso nunca gerou nenhum tipo de problema pra gente não: todo mundo compra, vende, sai e volta. Vai pra outro lugar, vende aqui e vê que tá passando qualquer aperto e volta de novo.

O sentido de “oportunidade” que um local de risco incorpora está, então, diretamente associado às impossibilidades de acesso à moradia, experimentadas por grandes parcelas populacionais urbanas que são levadas para as piores áreas, aquelas que não interessam ao poder público e ao mercado.

A forma de morar não é algo que se possa compreender fora da trama da dominação econômica e política, que se realiza nas múltiplas esferas do cotidiano, marcado por uma violência que tem muitas faces, que vai além das condições materiais, que promove a associação entre pobreza e suspeição, marcada pelo desrespeito a direitos mínimos, colocando à prova a dignidade, que a cada oportunidade deve ser reafirmada. As experiências vividas pelos sujeitos da pesquisa esboçam imagens particulares, próprias, mas que se unificam na privação.

No universo pesquisado foram identificadas representações acerca da pobreza e da condição de assistidos. Em alguns casos, essas representações carregam um tom de denúncia e revolta frente ao tratamento que lhes é conferido pelas políticas sociais. Sposati e Falcão (*in* YAZBEK, 1996, p. 136) afirmam que a fragmentação da prática assistencial se expressa em um conjunto de atendimentos que se organizam a partir da “tipificação das carências” [...], atendimentos em geral efetivados numa ótica individualizante e competitiva [...]. Além disso, como usuários de serviços assistenciais, sofrem as conseqüências dessa condição, tantas vezes discriminatória que vai interferir em sua concepção de mundo e em sua luta por preservar uma dignidade sempre ameaçada, particularmente quando, diante dos imperativos da sobrevivência, vêm se desestruturar os precários arranjos que estabeleceram para sobreviver – o que pode ser bem exemplificado neste estudo pelas avaliações de risco e remoções.

Eu nunca fiquei à toa. Depois que aconteceu isso tudo (*Nota da autora: remoção*) eu entrei em depressão. Porque eu desempregada, minha cunhada desempregada. Mas da parte da PJF nós não tivemos ajuda nenhuma, de alimentação. Ao contrário: quando eu fui lá pra pedir, eles disseram que tinha que ir pra fila, que tinha senha. E quando você chega lá às 6 da manhã já acabou, já tá lotado. A gente come por necessidade. Quando eu estava no Poço Rico e fui pedir ajuda e eles mandaram um assistente social lá, um homem. A minha casa era limpinha. O homem chegou e disse: “que limpeza que é sua casa!”. Era de chão, mas você podia soprar que não levantava poeira. Eu gostava de arrumar... tinha uns caixotes que eu botava assim na parede, enfeitava, arrumava minha cama direitinho. Minha casa tinha 2 cômodos quando meu pai me deu. O assistente social me disse que eu era muito caprichosa e eu respondi todos os requisitos que ele me perguntou. Mas ele não voltou mais. E eu fui lá e a moça me disse que eu não tinha passado na pesquisa de carência da AMAC pra você ser encaixada. Eu falei: meu Deus, o que é preciso pra você passar nessa carência que eles falam então? (Márcia de Oliveira – Poço Rico).

Também portando um sentido de oportunidade, a sociabilidade local interferirá na “escolha” do local de moradia. A sociabilidade no bairro popular implica em estratégias de ajuda mútua que também explicam a razão da escolha desses locais. Manifesta-se a presença de redes de sociabilidade como determinantes na condução da sobrevivência – solidariedades que se manifestam como resultantes do vínculo criado no bairro no decorrer dos anos de convivência.

... eu não podia mais pagar aluguel. No começo eu fiz lá de lona. Um vizinho me cedeu água, o outro a luz, até quando eu tive condição de trabalhar, fazer uns biscates, aí coloquei luz por minha conta, água por minha conta, mas com a ajuda dessa minha tia e da vizinha. Depois disso,

durante uns 10, 12 anos, eu vivi ali nesse local.

Eu fui, cerquei em volta de madeira e o telhado eu fiz de lona. Teve dois colegas meus que minha tia pagou, eles cortaram bambu, colocaram por cima e fizeram tipo uma barraca. Deu pra tirar a terra mais pra frente e aproveitar um *comodozinho* que já tinha lá e usei como banheiro. Era até chiqueiro, não era nem cômodo de gente morar. Eu coloquei o vaso no lugar que dava pra fazer banheiro. Quando eu comecei a trabalhar eu comprei lajota, um pouco de material e fiz mais dois cômodos, que eu dividi e fiz cozinha, banheiro, sala e quarto. Até o acidente eu tinha esses cômodos.

(Simone Rodrigues – Graminha).

No entanto, nem sempre essas redes de apoio têm características de acolhimento e amizade. Sawaia (*in* YAZBEK, 1996, p.128) observa que, muitas vezes, o que se tem na favela é a ‘unidade na miséria e não a solidariedade entre iguais’, uma vez que, mesmo vivendo próximas e se conhecendo, as pessoas nem sempre se estimam e muitas vezes se temem, evidenciando a “desconfiança” dos vizinhos em bairros onde a sociabilidade básica não esteja previamente construída.



Granjas Bethânia – Ocupação dos “Sem Terra”. Juiz de Fora, 2003. Fonte: DDC/PJF.

O relato de Maria Tavares

Davi acrescenta o sentido de uma luta “solitária”, retratada pelo distanciamento total da família, pela ausência de um parceiro com quem compartilhe a criação dos filhos, pela sociabilidade fragilizada e dependência constante da assistência social, que é esporádica e incerta, conformando um abatimento, desânimo e a noção de desprestígio.

Minha família é do Paraná. Tenho um filho que mora lá com meus pais. Tem quase 20 anos que não vejo ninguém. Entra ano e sai ano e a gente nunca tem dinheiro pra poder ir lá. Aqui eu tô praticamente sozinha, só com meus filhos. Eles não vêm aqui pra me ver, eles que têm mais condições do que eu, eu também não vou ver eles [...].

A prefeitura paga esse salário de R\$180, e eu pago R\$150 de aluguel, e o resto que fica eu pago água e luz. E eu recebo uma bolsa escola! Mas

mesmo assim pra sustentar 5 filhos, comigo 6, não dá. É difícil, eu não trabalho, não tenho ganho nenhum [...]. Desde que meus filhos nasceram, é só junto comigo, eles não me largam pra nada. Eu preciso de uma cesta básica eu corro atrás [...]. A gente fica mais quieto no canto da gente, né? Porque se começar é muita conversinha, muita gente pra tomar conta da vida da gente, então a gente tem que ficar mais... porque ajudar ninguém ajuda, não! Vir aqui perguntar se a gente tá precisando de 1kg de feijão ninguém vem, não. Mas tomar conta da vida da gente tá em primeiro lugar. Mas isso não é só aqui, né?

Somados a todos esses elementos, surgem com relevância os posicionamentos assumidos pela população com relação à **postura do poder público** (“a prefeitura”), no que diz respeito às áreas públicas ocupadas e pode-se mesmo afirmar que, conforma-se aí uma “cultura” acerca do poder local, de sua omissão compreendida como permissão/benefício. A ocupação de áreas restantes, pobres, sem infra-estrutura, é vista como aquilo que é destinado e permitido ao pobre - uma tolerância que tem como fundamento o clientelismo: favor em troca de apoio político.

[...] Porque minha tia me viu dormindo na varanda de uma casa com a barriga grande, já enorme, quase perto de ganhar a criança, aí ela e a amiga dela foram nesse vereador, conversou com ele e ele falou que não teria problema de eu construir ali pra mim (em terreno da prefeitura). [...] Nunca tive problema com a prefeitura, ao contrário, consegui colocar água no meu nome, luz. Em termos da prefeitura me perturbar, isso eu não posso falar [...].

(Simone Rodrigues – Graminha).

[...] Esse lote era da prefeitura, tipo assim invasão, porque as pessoas invadem [...] a prefeitura não ligou muito porque era perto de córrego e tudo, então ela não ligou [...] É terra pública, só que a prefeitura não dá atenção nenhuma pra aquele lugar não. Ela não criou impedimento da gente ficar ali porque esse local já era de risco já, não servia pra nada. Vivemos ali no total 20 anos [...] Lá tinha barranco atrás e córrego na frente, sem contar os esgotos dos vizinhos de cima que descida, porque não era encanado direito, então passava na porta da casa da gente.

(Aline Cordeiro – Marumbi).

Por outro lado, há uma desconfiança com relação às ações do Estado, nem sempre claras e efetivas, e à insuficiência de suas intervenções - paliativas, precárias, inacabadas. De intervenções que são pontuais, tem-se a viabilização de pequenas obras, sempre inacabadas – vias de acesso (como “escadões”), muros de arrimo -, iniciativas isoladas de cadastramento das famílias, com vistas à regularização da posse, nunca efetivada, de remoção para áreas ditas mais seguras, porém sempre mais distantes e isoladas. A possibilidade de viverem a transferência para locais isolados, distantes dos ativos sociais favorecedores de suas subsistências é fator

determinante em seus posicionamentos e marca sua resistência.

Quando eu vi, chegou lá o pessoal da AMAC fazendo inscrição pra tirar, isso antes da enchente..... Foi passando o ano, mais ano e não tirou ninguém. Até que veio essa tragédia da água pra acabar com tudo.

(Siléia Assis – Ponte Preta).

A metade dessa área onde o pessoal foi desalojado é da prefeitura. O pessoal passou, acho que é funcionário da EMCASA mesmo, da prefeitura, passou pegando os dados da gente. Disseram que como a gente já tinha muito tempo ali, que eles iam liberar pra gente um documento comprovando que a gente já era morador dali de muito tempo. Nós tinha as contas de luz que falava, que provava o tempo. Mas até o dia que houve o desabamento eles não tinham dado documento nenhum pra gente. Eles falaram que, por eu ter 11 anos ali, por lei eu já tinha direito a usucapião, mas aí até a data do desabamento eles não deram documento nenhum, não.

(Simone Rodrigues – Graminha).

Os elementos acima apontados justificam a desconfiança da população, sendo que a saída dos locais condenados tecnicamente simboliza o risco de ficarem sem qualquer apoio, uma vez que o Estado constantemente falha em seus compromissos. Contamos com a reflexão de Cardoso (2005, p.13) que, utilizando-se de Hirschman (1996), afirma que a forma de lidar com uma situação de precariedade e de ameaça poderia ser a “saída” ou a “voz”, alternativas colocadas para as camadas de maior renda e instrução, mas não para as camadas populares, já que os custos neste caso (em busca de um local mais seguro ou na forma de protesto junto ao poder público) tendem a ser elevados e com baixa expectativa de retorno positivo. Assim, como já mencionamos anteriormente, acontecem as buscas pelas alternativas individualizadas de minimização dos danos, com permanência nos mesmos lugares. Os custos associados à “voz” mostram-se também elevados, uma vez que o Estado se faz “impermeável” frente às demandas populares, adotando de modo mais conveniente e imediatista as tradicionais práticas clientelistas, que são apenas pontuais e nunca significativas a ponto de promover mudanças substanciais na qualidade de vida da população.

No estudo das trajetórias elencadas para esta pesquisa, nos deparamos com uma experiência diferenciada no que diz respeito à mobilização e organização da comunidade do Bairro Ladeira na luta pela propriedade da terra e melhorias na urbanização da área. Mostrando-se como exceção nesse contexto, o relato de Matias Machado Faria expõe a experiência de 20

anos de luta da pequena comunidade do Ladeira, que se organizou inicialmente para enfrentar a possível expulsão da área pertencente à Rede Ferroviária Federal S.A (denominada “Leito da Leopoldina”), localizada no entorno do Centro da cidade, primeira e única do município de Juiz de Fora a ser decretada, em 1997, como “área de risco” pela Prefeitura.

[...] minha irmã, que mora aqui em Juiz de Fora, ela conheceu essa Margem da Leopoldina e comprou um pedaço do morador que morava aqui, o Sr. Alípio. Esse Sr. tinha um documento da RFFSA que autorizava ele a morar pra tomar conta da área, só que ele inverteu o negócio, ele fez um negócio que não podia, que era vender a área.

Ele começou a passar pra terceiros, minha irmã comprou quatro pedacinhos dele e começou a construir. A minha dona, Dona Gilda veio e viu, gostou disso aqui e aí a gente veio pra essa luta. Só que não tinha água, nem luz, nem caminho. Nós tivemos que abrir caminho no poder da enxada, *buscava* água lá onde era o corpo de bombeiro, no Vitorino Braga.

Nós *sobrevivia* porque eu trabalhava de carpinteiro. Os filhos, todos eles, *catava* papel com o carrinho. Essa Dona Gilda saía 5 horas da manhã debaixo de chuva ou sol, pra catar papel. A gente sofreu muito aqui: era a polícia em cima que vinha pra tirar, desmanchar barraco. Vinha a RFFSA pra desmanchar barraco, vinha o atual prefeito (na época radialista) num carrinho velho. Daí a polícia corria dele, vinha a Globo e a polícia corria. Foi uma luta! Até que ele (prefeito) participou com nós na luta, ele conhece isso aqui até hoje. Isso tem uns 22 anos. Aí, a gente tava lutando. No primeiro ano que o B. candidatou direto pra prefeito e ganhou, então, nós achamos, quando ele ganhou... já tinha várias casas aqui com a ajuda dele e da Globo. Já tinha várias casas e a vidinha nossa já tava mais ou menos. Eu já tava num barraquinho, metade de tijolo, metade de lata... já foi melhorando, eu trabalhava de carpinteiro, parava às três horas, eu *catava* papel e os filhos *tudo* *catava* papel também. Tinha dia de arrumar 200kg de papelão e aí nossa vidinha começou a melhorar.

Nesse caso, especificamente, houve uma forma de resistência articulada num cenário que contou com a presença de diversos atores: a Comissão de Moradores do Leito da Leopoldina, a imprensa, as forças policiais, o poder público, políticos locais e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Juiz de Fora, ONG que assessorou a comunidade durante o processo de luta pelo direito de permanência no local. O fato se tornou tão público ao longo dos anos, que os outros interesses em torno da área (do mercado, do próprio poder público) foram ofuscados pela projeção que a experiência ganhou, e hoje a permanência das famílias no local parece processo irreversível (ou pelo menos bastante polêmico), reconhecido pelo poder público através de obras já realizadas e do planejamento de investimentos em maior infra-estrutura e

segurança para o local . O recurso da “voz” teve seu lugar.

O CDDH foi uma porta que abriu e nós começamos a luta. E nós não ficamos nem sabendo se queriam tirar nós daqui ou se ia melhorar, mas melhorar não era, porque o prefeito ficou os quatro anos e pra nós conversar com ele nós tivemos que fazer uma passeata com umas 600 pessoas. Saímos daqui e reunimos umas 600 pessoas com faixa, cartaz, batemos lata, assoviamos. Então, nesse dia fizemos uma manifestação pública lá e ele recebeu três do CDDH e três da Comissão. Porque nós formamos uma comissão de moradores. Aí ele marcou uma reunião, marcou o dia e a gente foi, conversamos com ele, fizemos nossas propostas, ele ficou de resolver alguns problemas. [...]. Era a luta pra nós *permanecer* aqui porque era da RFFSA. E tinha várias companhias querendo comprar essa parte da rede.

[...] Fizeram uma avaliação da área (Defesa Civil, Prefeitura, Universidade)... bem, mas antes o pessoal foi retirado pro aluguel, pro Abrigo... A idéia era tirar nós todos, da rua de cima e de baixo também. Na época tiraram 72 famílias, pro aluguel e pro Abrigo. Era pra ver o que iam fazer. Nós fizemos mais união com o CDDH. Fizeram um levantamento e uma proposta pra nós: tiravam as casas de baixo todinhas. Aí já estavam a prefeitura, a AMAC também na jogada. Disseram o seguinte: vamos pagar o aluguel por três meses e vocês tornam a voltar pro mesmo lugar. Pronto, nós fomos pro aluguel. Daí começaram a mexer, fizeram a contenção.

(Matias Machado Faria – Ladeira).

Retomando o aspecto da insegurança vivenciada pela população com relação à falta da propriedade, presença do aluguel e postura do poder público, faz-se fundamental realçar que, se por um lado o pagamento do “Auxílio-Social”, destinado aos removidos de áreas condenadas gerou segurança e conforto para seus beneficiários¹¹ – e isso se evidencia em relatos já registrados anteriormente –, por outro, e de maneira mais contundente, existe o receio permanente da interrupção no pagamento do benefício e a forte expectativa de viabilização da casa própria. Apesar de destacarem que o recurso vem sendo pago assiduamente pela prefeitura, os entrevistados se mostram atentos a quaisquer informações, mesmo que não oficiais, sobre a construção de suas casas, evidenciando o receio do abandono e a pressão exercida pela figura do aluguel.

Eu espero que se eles *for* dar realmente a casa pra gente... porque dizem

¹¹ Porque, por mais remotas que as aspirações pudessem parecer, apresentaram-se mais concretas, na visão dos removidos, com os recursos disponibilizados pelo poder público, delimitando uma outra qualidade para suas vidas.

que não vai ser muito caro pra gente pagar, não. Eu espero ter uma casinha minha mesmo, né? Porque esse negócio da prefeitura, tem hora que a gente fica encucado com isso, preocupada... medo de eles não *pagar* o dinheiro do aluguel [...]. Tá vindo direitinho o dinheiro. Mas a gente fica preocupado. A gente dorme com o aluguel, pensando... A gente que é sozinha, que é o homem e a mulher de casa, a gente pensa muita coisa. Fica muito preocupada com água, luz, com tudo.

(Maria Tavares Davi – Granjas Bethânia).

O aluguel, você dorme com ele na cama, né? Você deita e quando acorda já tá na hora de pagar de novo [...].

(Inês Helena – Três Moinhos).

A experiência de administração do recurso recebido mostra os expedientes de sobrevivência já apreendidos: há um esforço para que seja utilizado de jeito que possa também suprir as despesas com água, luz e gás, despesas estas, na maior parte dos casos, inexistentes nas situações anteriores, onde o fogão à lenha representava a economia do gás, luz e água eram cedidas ou substituídas pelas velas, lampiões, lanternas ou minas e poços d'água. Os contratos de aluguel são, quase sempre, semestrais, permitindo a busca constante pelo menor valor, flexibilizando assim a utilização do benefício. No decorrer da pesquisa foram observadas alterações de endereço, de números telefônicos e de rotinas apontando para uma dinâmica de vida que sofre constantes modificações, uma mobilidade social ora ascendente – com a inserção em atividades esporádicas de trabalho, que modificam seus ritmos cotidianos e suas rendas -, ora descendente, com o enfrentamento de doenças graves em família, a ausência inesperada de personagens familiares por condenação na justiça –, flutuações que sinalizam a freqüente necessidade de adaptação a novas situações.

Finalizamos nossa empiria registrando o depoimento de Matias Machado Faria – Ladeira, que reúne de maneira rica e sintética diversos elementos de denúncia, reflexão e resistência, cunhados na trajetória de sua família e comunidade e que bem contemplam as trajetórias neste estudo esboçadas.

Por que *que* nós sobrevive, eu e minha família e os nossos *morador* sobrevive? Porque só paga água e luz, não paga mais nada[...]. Os nossos governantes [...] como é que esses homens não pensam que 300 reais não dá pra uma família comer... não dá pra um comer! [...].Esses nossos governantes, eu não sei o que vai acontecer... Esse Brasil! [...] Isso vai dar uma guerra civil igual já tá dando no lugar lá onde o pessoal pobre tá

botando fogo em carro e queimando tudo. No Brasil isso também não vai demorar a acontecer não! [...] Nós tamo chegando no fim dos tempos. Eu lido e conheço o pobre porque o cidadão que já nasce em berço de ouro, ele não conhece o lado do pobre. Eu conheço. Porque eu já lutei muito, trabalhei muito e luto até hoje com a classe pequena, com a classe pobre. Eu não quero ficar rico nunca na minha vida, porque eu vou perder minha liberdade, vem seqüestrador seqüestrar meu filho... eu não vou poder andar igual eu ando, mas as coisas é difícil... esse Brasil... tão cortando nossos matos tudo, tá secando tudo. Mas nós aqui *tamo* pelejando. Vamos ver se Deus ajuda! Porque eu acredito, tenho muita fé e a esperança é a última que morre...

CONCLUSÃO

Como proposta principal, este estudo exploratório pretendeu observar – através da trajetória de famílias removidas pelo poder público de áreas urbanas condenadas por avaliações técnicas no município de Juiz de Fora, nos anos de 2002,2003 e 2004 -, como é construído socialmente o risco. Houve um esforço para promover uma primeira aproximação do risco com a desigualdade. Com a contribuição de Torres (1997), tomamos como referência a categoria “desigualdade ambiental”; embora não tenhamos discutido as dimensões propriamente políticas desse processo – o que vem sendo feito no debate sobre “justiça ambiental” –reconhecemos o potencial que a mesma tem de aproximar a questão do risco ambiental das desigualdades sociais. Tomando como referência a vertente sociológica denominada “construcionismo”, buscamos os elementos teóricos que conformam essa concepção, delineando alguns pressupostos norteadores dessa investigação, quais sejam:

- a concepção de risco não é igual para todos. O risco não pode ser tratado a partir de uma visão técnica absoluta e objetiva, mas é objeto de construção social por grupos sociais diferentes;
- a constatação de que os grupos em piores condições socioeconômicas estão mais sujeitos a riscos ambientais – e de que esses fenômenos têm dimensões naturais, mas também sociais, envolvendo a discussão das formas de acesso desses grupos à cidade, ao ambiente construído urbano;
- a noção de risco como uma das ligações da luta pela representação do mundo, perspectiva que comporta uma dimensão de conflito e poder e envolve uma diversidade de atores e interesses.

O aspecto que se apresenta como central e norteador na conclusão deste estudo, diz respeito, não à presença de uma negação ou minimização do risco na sua versão técnica - como se poderia num primeiro momento deduzir - mas sim uma **reinterpretação e reelaboração do mesmo por parte da população**, o que se apresenta como uma **resistência à sua noção dominante**. Reelaboração que se manifesta através de **estratégias discursivas e está fundamentada numa prática social específica**, que apontará a permanência no lugar - para a garantia da posse e dos ativos sociais -, como fundamental e se configurando como componente da resistência à noção técnica dominante do risco, que interfere em suas dinâmicas e expulsa do lugar.

Como decorrência desses eixos centrais e compondo a resistência, observou-se primeiro, a presença de um conhecimento acumulado pela população ao longo de suas trajetórias, que interfere na forma e no lugar onde se constrói, tudo isso resultando das experiências de despossessão e da necessidade de se lidar com as inúmeras dificuldades e privações, de ordem material e simbólica; há uma reprodução de pensamentos e práticas comuns a esse grupo social específico, reafirmando o *habitus* (segundo Bourdieu) enquanto sistema de predisposições que leva os indivíduos a pensamentos e práticas socialmente compartilhadas.

Essas estratégias de resistência, além de se apoiarem em fatores como a “religiosidade”, se ancoram também na noção de um lugar identitário que agrega aspectos subjetivos, extrapolando o espaço físico e compreendendo também aspectos relacionais. O “apego ao lugar” aparece associado aos laços mais gerais criados ao longo das trajetórias e o risco se mostrará como aspecto de menor significância no contexto mais geral de vida.

Um outro elemento observado foi a presença do risco ambiental situado no contexto do risco social, ou como já explicitado, no contexto das desigualdades ambientais. Pudemos elencar uma série de fatores que revelam as dinâmicas de vulnerabilização decorrentes do desigual poder e que colaboram para uma reelaboração moral da noção do que é chamado ‘risco’, transformando-o em “oportunidade”. Um dos atores que assume papel significativo nessa construção é o Estado que, através de uma prática clientelista, tem suas ações vistas ora como “benefício”, ora com desconfiança.

A incursão pelo debate acerca do risco como uma das ligações da luta pela representação do mundo possibilitou-nos a identificação do embate existente entre os diferentes saberes, aqui representados pelo conhecimento técnico, científico e pelo conhecimento popular revelando uma

disputa entre poderes desiguais nos planos material e simbólico.

Finalmente, através da observação dos elementos aqui considerados, objetivou-se contribuir para uma reflexão acerca de políticas interventivas presentes no âmbito urbano, observando a inclusão não só de componentes do meio macroenvolvente e de formas institucionais presentes nesse contexto, mas também e principalmente da percepção das populações envolvidas, democratizando esse debate e, como nos fala Castiel (2000, p.141), apostando na

[...] possibilidade de incorporação dos saberes destes grupos específicos nos processos de avaliação técnica de riscos. Para tanto, torna-se urgente a superação das barreiras impeditivas à interação entre os saberes ditos “populares”, ou aqueles advindos da cultura [...], e os ditos ‘científicos’, ou aqueles construídos pela educação formal e lapidados durante anos nas bancadas acadêmicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri (org.). Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FASE, 2004.

_____. Justiça ambiental e construção social do risco. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, nº 5, p.49-60, jan/jun.2002. Editora UFPR.

BAUER, Marin W. e GASKELL, George. Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som - Um manual prático. 3ª edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de Lugar. In: BOURDIEU, Pierre (coord). A miséria do mundo. Vozes, 3ª ed, 1999, p.159-166.

_____. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 8ª edição RJ; Bertrand Brasil, 2005.

_____. Espaço social e espaço simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1997. p. 13-33.

CARDOSO, Adauto Lucio. A construção social do risco ambiental em uma favela do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2005. *Mimeo*.

_____. A Utopia em Construção: modernidade, ecologia e urbanização. In: PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana Clara Torres (org.). Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Fundação Universitária José Bonifácio, 1991, p.111-120.

_____. Balanço da política municipal de habitação 2001-2003. São Paulo: Instituto Polis: PUC-SP, 2004. 04p. (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo,21).

_____. Irregularidade urbanística: questionando algumas hipóteses. Cadernos IPPUR, ano XVII, n. 1, jan/jul 2003, p. 35-50.

CASTIEL, Luis David. Lidando com o risco na era midiática. MINAYO; MIRANDA (2002).

DADOS REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. História oral e história de vida. Rio de Janeiro: Campus.Vol. 27, n.1, 1984.

- DOUGLAS, Mary. 1966. Pureza e Perigo. (trad. Barros MSL & Pinto ZZ) São Paulo: Perspectiva, 1976.
- FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. In: _____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1972. p. 01-14.
- GOMES, Núbia Pereira Magalhães e PEREIRA, Edimilson de Almeida Pereira. Mundo encaixado: significação da cultura popular. Belo Horizonte: Mazza; Juiz de Fora:UFJF, 1992.
- GRIZENDI, Lucimar T. Condições de moradia e risco: representações sociais de técnicos e moradores da periferia de Juiz de Fora. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2003 (dissertação de mestrado).
- GUIVANT, Júlia S. Reflexividade na Sociedade de Risco: Conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos. In: Herculano, Selene C.; Porto, Marcelo F. de; Freitas, Carlos M. Qualidade de vida e riscos Ambientais. Niterói, RJ: EdUFF, 2000, p.281 – 299.
- HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo, Hucitec, 1980.
- LIEBER, Renato Rocha; ROMANO-LIEBER, Nicolina Silvana. O conceito de risco: Janus reinventado. MINAYO; MIRANDA (2002), pp.69-111.
- MARICATO, Ermínia. Metrópole periférica, desigualdade social e meio ambiente. In: DINIZ, Nilo; SILVA, Marina; VIANA, Gilney (org.). O desafio da sustentabilidade: um debate sócio-ambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p.215-232. Coleção Pensamento Petista.
- JAMUR, Marilena. Representações da pobreza na imprensa carioca. Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq, 1994.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; MIRANDA, Ary Carvalho de (org.). Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.
- POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA CIVIL. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento / Secretaria Especial de Políticas Regionais / Departamento de Defesa Civil, 1996.
- TORRES, Haroldo da Gama. Desigualdade ambiental na cidade de São Paulo. Campinas: UNICAMP, 1997 (tese de doutorado).
- _____ A demografia do risco ambiental. p.53-73 in H.Torres, H. Costa (orgs), População e Meio Ambiente: debates e desafios. São Paulo: Editora Senac.
- TURNER, John C. Una nueva visión del déficit de vivienda. In: LEWIS, David. El crecimiento de las Ciudades. Barcelona: Gustavo Gilli, 1971.
- VARGAS, Maria A. R. Defesa Civil: um olhar crítico. Libertas. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, v. 02, n.1, jan./jun. 2002. Juiz de Fora: Ed.UFJF, 2002, 125p.
- VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva; CAMPOS, Pedro Fernando Caballero; TRIVELIN, Lílian Mattos. Gestão de desastres no Brasil: considerações sociais acerca das políticas de emergência ante os perigos hidrometeorológicos. In: VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva; MARTINS, Rodrigo Constante (orgs.) Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil: desafios teóricos e político-institucionais. São Carlos: RiMa, 2003. v. 2.
- YAZBEK, Maria Carmelita. Classes Subalternas e Assistência Social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.